

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS****1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de **ELIMINAÇÃO DE VETORES E CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS**, nos ambientes internos e externos do **ALMOXARIFADO CENTRAL** e da **OFICINA MUNICIPAL**, bem como nos ambientes pertencentes a **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO** pelo período de **12 (Doze) meses**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO.
1.3	Fundamentação legal:	PREGÃO com participação AMPLA, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Municipal 599/202.
1.4	Período:	12 (Doze) meses;
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**2. DO SERVIÇO**

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de desratização, desinsetização, consistindo no controle integrado de vetores e pragas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos, bem como na garantia de um ambiente adequado e livre de bactérias.

2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	3417	Serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, nos ambientes internos e externos do Almoxarifado Central, sendo cerca de 1009,50m <sup>2</sup> de área total e 699,54 m <sup>2</sup> de área construída, este localizado na Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130A - Conselheiro Paulino. Serviço deverá ser executado mensalmente, pelo	Serviço	12

		período de 12 meses.		
02	3417	Serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, nos ambientes internos e externos do Almoxarifado Central , sendo cerca de 1450,02 m <sup>2</sup> de área total e 1881,12 m <sup>2</sup> de área construída, este localizado na Rua Zilda Ceccon Salarini, nº 53 - Conselheiro Paulino. Serviço deverá ser executado mensalmente, pelo período de 12 meses.	Serviço	12
03	3417	Serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, nos ambientes pertencentes a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, sendo cerca 899,10 m <sup>2</sup> , localizados a Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro. Serviço deverá ser executado mensalmente, pelo período de 12 meses.	Serviço	12

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Esta contratação torna-se necessária para a garantia da higiene e segurança sanitária, além da preservação dos materiais armazenados no ALMOXARIFADO CENTRAL e na OFICINA MUNICIPAL, ambos pertencentes a essa SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.

3.2 Na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO, se encontra uma grande quantidade de documentos ainda acondicionados em meio físico e papel, atraindo insetos e pragas que se fazem necessário o controle e principalmente a erradicação.

3.3 Para assegurar o bem estar e a saúde dos servidores que exercem suas atividades laborais nestes ambientes.

3.4 Tais produtos a serem aplicados/manejados para a execução deste serviço, necessitam, conforme prevê a legislação vigente, serem aplicados por técnicos habilitados, observando todas as normas técnicas e garantindo total segurança.

3.5 O serviço deverá ser executado, para melhor eficiência, mensalmente, nos ambientes internos e externos, para eliminação e controle total de todo e qualquer tipo de insetos ou praga.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO DA DESPESA	FONTE	VALOR
SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO			
07001.0412200012.002	33.90.39.43	170400000017	R\$ 6.836,52
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA			
08003.0412200112.333	33.90.39.43	170400000017	R\$18.530,04

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225 - CENTRO**  
**NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28613-001.**

## 6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo designar empresa especializada no serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde/ou prejuízos econômicos, bem como na garantia de um ambiente adequado e livre de bactérias.

6.2 O serviço deverá ser executado uma vez ao mês, pelo período de 12 meses, de acordo com a legislação vigente, para a garantia da qualidade do serviço. Estas aplicações deverão ser realizadas preferencialmente as últimas sextas-feiras do mês (mediante agendamento prévio).

6.3 A empresa contratada deverá ser credenciada junto ao INEA; deverá apresentar registro junto ao conselho profissional, do responsável técnico e da empresa. Alvará de funcionamento e licença/inscrição sanitária e ambiental válidos.

6.4 Os funcionários envolvidos neste serviço deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando todos os equipamentos de proteção individual que a legislação vigente exija.

6.5 Para tal serviço, a empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos e produtos necessários a plena realização dos trabalhos, bem como arcar com as custas referente ao transporte, materiais, funcionários (incluindo encargos sociais) e ferramentas, .

6.6 Fica FACULTADA, a(s) empresa(s) interessada(s) no certame licitatório, visita técnica aos imóveis contemplados pelos serviços descritos neste Termo de Referência, para levantamento geral das condições das áreas e melhor elaboração de proposta.

6.7 A empresa deverá emitir Relatório de Execução ou documento equivalente que comprove a execução dos serviços, indicando as informações dos produtos utilizados durante as aplicações, tais como: nome do produto, princípio ativo, metodologia de aplicação, antídoto e registro no Ministério da Saúde.

6.8 A empresa vencedora do certame deverá dar garantia dos serviços prestados e se comprometer a realizar visitas periódicas aos locais de aplicação dos produtos para comprovação da eficácia do serviço prestado; em caso de necessidade, o fiscal do contrato poderá solicitar a antecipação de tais visitas, tendo a empresa Contratada um prazo de 24 horas para atendimento desta demanda.

## **7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 A prestação do serviço se dará nos locais abaixo descritos:

7.1.1 **ALMOXARIFADO CENTRAL**, Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ - com área do terreno de 1009,50m<sup>2</sup> - área construída de 699,54m<sup>2</sup>.

7.1.2 **OFICINA MUNICIPAL**, Rua Zilda Ceccon Salarini, nº 53 - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ- com área do terreno de 1450,02m<sup>2</sup> - área construída de 1881,12m<sup>2</sup>.

7.1.3 **FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO**, Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ - com área de 899,10m<sup>2</sup>.

## **8. DA LIQUIDAÇÃO**

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas

neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.1.2 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.4 Dispor de um Responsável Técnico para supervisão do serviço, este deverá apresentar registro em órgão de classe, atendendo aos requisitos descritos no Parágrafo Único do Art 8º da Lei Complementar nº 7806 de 12 de dezembro de 2017. Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

11.1.5 Cabe lembrar que o profissional a que se refere ao subitem anterior, obrigatoriamente deverão estar devidamente registrados em seu Conselho de Representação Profissional e com experiência na área de Controle de Vetores e Pragas Urbanas. Este profissional indicado, em caso de férias e licença médica deverá ser substituído por profissional com as mesmas qualificações técnicas;

11.1.6 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.1.7 Fornecer à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através dessas Secretarias.

11.1.8 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência.

11.1.9 Em ocasião de paralisação dos serviços, deverá a CONTRATADA enviar um técnico para revisão e resolução do problema em período nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.10 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.11 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.1.12 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e

montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

11.1.13 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.1.14 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.1.15 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão;

11.1.16 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

11.1.17 Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município;

11.1.18 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.1.25 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no INEA, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

## **12. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja

**prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

#### **14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
<b>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</b>		
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Gestor titular
Fabiana Pereira Martins	063.017	Gestor substituto
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Fiscal titular - Almoxarifado Central
Luciano Satílio	199.192	Fiscal substituto- Almoxarifado Central
Aecio Roney Silva de Oliveira	063.158	Fiscal titular - Oficina Municipal
Reginaldo Luis dos Santos Lourenço	062.889	Fiscal substituto- Oficina Municipal
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO</b>		
Fátima Regina Namen Ruiz	199.041	Gestor titular
Losane de F. Gabetta de Oliveira	02543-4	Gestor substituto
Denise Silveira e Souza	003413	Fiscal titular
Amilton Tuller de Medeiros Filho	199.108	Fiscal substituto

14.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

14.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa:

17.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.2.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

17.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **19. DA RESCISÃO**

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão;

19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão.

19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

20.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão.

Nova Friburgo/RJ, 28 de Junho de 2023

<b>APOIO TÉCNICO:</b>	
<b>Luciana B. dos Santos Lima</b> Matr.: 100.286	<b>Jorge José da Silva Moura</b> Mat. 199.056

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

<b>Gabriel Costa Wenderroschy</b> Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística Matr.: 062.775	<b>Rodrigo França Silva</b> Secretário Municipal de Finanças, Planejameto, Desenvolvimento Econômico e Gestão Matr. 063.189
---	--